

é a solução para o Brasil

Heitor Tepedino, correspondente

Londres — Alguns banqueiros internacionais estão chegando à conclusão de que uma das possíveis soluções para a crise financeira do Brasil poderia ser um empréstimo "Jumbo" no sistema denominado "floating rate note", a longo prazo, como forma de evitar permanentes renegociações futuras da dívida externa brasileira. Este tipo de papel é bem semelhante aos certificados de depósitos, com os juros sendo reajustados semestralmente, obedecendo às taxas de mercado e o "spread" prefixado. Ainda ontem, a Suécia fechou com sucesso um empréstimo de Cr\$ 1 bilhão na base da "FRN", com prazos de 20 anos e "spread" de 1/4 por cento acima da média semestral da "libor".

Apesar de seguir todos os rituais das operações com certificados de depósitos, as características do "floating rate note" é que normalmente é utilizado para empréstimos levantados por países endividados para montar a operação, pode-se convidar um grupo de bancos que serão os administradores do empréstimo, ou passar o papel diretamente para os bancos que teriam interesses neste financiamento.

Os próprios bancos credores do Brasil passaram a solicitar aos seus técnicos opções que permitam estabilizar o problema de liquidez de equacionar os seus débitos a curto ou a médio prazos. O grande objetivo é encontrar propostas realistas, não havendo interesse da parte dos credores de manter o clima atual de insegurança e desconfiança em relação aos seus devedores. Assim, vem ganhando corpo a idéia de que qualquer solução deve ter como princípio o longo prazo, dando tempo suficiente a esses países para que consigam arumar as suas economias.

Na opinião de alguns banqueiros internacionais conforme apurei aqui na "City", é urgente encontrar uma rota que alivie as tensões do sistema financeiro internacional, ressaltando-se que no caso específico do Brasil se

ainda esta semana não ocorrer o fechamento das negociações entre o nosso País e o FMI, então chegou o momento de começar a roer as unhas.

Também causou certa estranheza na "City" restando uma semana para que os 840 bancos privados efetivem as suas respostas de adesão ao "Jumbo" de US\$ 6,5 bilhões para o Brasil, que o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, tenha ido a Washington explicar ao FMI como funciona a nova lei de reajuste salarial. O Grande problema nesta fase é o fator tempo, porque qualquer impasse atinge violentamente os nervos dos banqueiros, que de uma forma ou outra sabem que não podem sair do problema de países como o Brasil, sob pena de comprometerem todo o sistema financeiro.

Argentina

Ainda ontem, ao circular na City londrina a notícia de que o novo governo da Argentina está disposto a solicitar a moratória para a dívida externa do país, hoje de US\$ 40 bilhões, especulava-se qual seria o efeito desta decisão de forma global, admitindo-se que talvez provoque uma moratória geral. Argumentava-se que no caso do México estipulou-se um prazo de 90 dias para a moratória, mas, quanto à Argentina, não se sabe o prazo, temendo-se que seja bem mais longo.

Com isto, indagava-se se a moratória argentina não poderia arrastar países como o Brasil, pelas implicações que causaria ao mercado financeiro internacional.

Desta forma, enquanto de um lado, nada mais saudável para as finanças brasileiras do que vislumbrar a possibilidade de chegar-se a um acordo com o sistema financeiro internacional e obter um "Jumbo" na base de 20 anos de prazo, do outro, surge a Argentina prometendo a moratória de US\$ 40 bilhões, que teria consequências negativas para os países devedores da América Latina, inclusive para o Brasil, que sofreria com um natural fechamento ainda mais duro por parte dos bancos internacionais.

"Jumbo" de longo prazo